

## **O MITO DA ANARQUIA NORMATIVA: ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA E O ESTADO DE NATUREZA DO HOMEM**

Autora: Fernanda Monteiro Cavalcanti

(Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. [fmcavalcantiadv@gmail.com](mailto:fmcavalcantiadv@gmail.com))

### **INTRODUÇÃO**

A possibilidade de se encontrar problematizações jurídicas não se detém somente a produções acadêmicas e/ou doutrinárias jurídicas propriamente ditas. Acredita-se, deste modo, que as mesmas podem ser encontradas em fontes diversas, como na produção artística, em qualquer forma de sua reprodução. Assim, toma-se como ponto de partida para o desenvolvimento do presente raciocínio, o livro “Ensaio sobre a Cegueira”, do escritor José Saramago, pelos motivos expostos a seguir.

Assim, no decorrer da obra literária, observa-se os rumos tomados pela sociedade em geral quando não há princípios nem regras a serem seguidas, no momento em que, por algum motivo, todos os seres humanos ficam cegos, com a exceção de uma única personagem. Desta feita, Saramago expõe a real natureza humana, seus interesses reais e sua capacidade de não se importar com o bem comum quando não existem normas impostas a serem seguidas.

Sendo assim, quando um grupo específico de cegos realiza práticas repugnantes por seus interesses próprios, Saramago tece uma obra literária repleta de sentenças egoístas ditas pelo homem egocêntrico, imperante e inconsequente. Nela, podemos observar o ideal de homem como sendo um ser estritamente individualista e ambicioso, ansioso por domínio econômico e social, sem pensar em seus semelhantes ou no que pode vir a acontecer se continuar agindo da mesma forma. Portanto, o homem não se importa com os meios pelos quais alcança seus objetivos ambiciosos, mas apenas com si próprio.

Portanto, podem-se relacionar amplamente a os resultados da história descrita em “Ensaio sobre a Cegueira”, com a obra do famoso filósofo Thomas Hobbes, especificamente, no que tange à sua teoria a respeito do estado de natureza humana, caminhando em perfeita harmonia com o aspecto levantado dentro da referida obra literária.

Desta forma, busca-se demonstrar, através da análise comparativa da referida obra literária e do citado “estado de natureza do homem” de Thomas Hobbes, a total tragédia, ineficiência e falácia que compõe uma sociedade sem normas jurídicas, anárquica, sem limites, tendo em vista que, para

a natureza e interesses egoístas do homem, também não há limite algum. Busca-se demonstrar de que forma a anarquia normativa é desmascarada como apenas um mito, um ideal inalcançável, haja vista que se faz insustentável.

## **METODOLOGIA**

O método utilizado na realização do presente trabalho foi o hipotético-dedutivo, através do qual se traçou um raciocínio lógico baseado em premissas certificadas pela ciência jurídica para chegar à conclusão.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Dentre os modelos político-econômicos mais famosos encontrados nos estudos da ciência política, papel de grande destaque tem o anarquismo. A anarquia, tendo seu significado remetente à desordem, ausência de comando, ausência de regras. Sendo assim, o ideal anarquista afirma, em sua essência, que a norma não detém um papel estruturante na sociedade, nem é essencial para a regulação de uma comunidade. Sobre isto:

Anarquia é ordem de outra grandeza. Supõe abolição da propriedade que rouba a força coletiva, da religião que desvia a consciência e do Estado que dirige as forças sociais. (...) Dizer propriedade é sempre falar de roubo praticado contra as forças de outro. (PASSETTI, Edson. *Heterotopias Anarquistas*. 2002, p. 155)

No entanto, no presente trabalho, discordar-se-á do discurso apresentado, tendo em vista que não há possibilidade de uma sociedade ser mantida e desenvolvida na ausência de normas, tomando como exemplo a obra “Ensaio sobre a cegueira”, de José Saramago.

Sendo assim, indo também de encontro ao ideal anárquico, o filósofo Thomas Hobbes afirma, em sua obra (...) que, sem governo, o homem encontra-se em seu “estado de natureza”, fazendo o que bem lhe couber. Assim, para Hobbes, o indivíduo encontra-se neste “estado” em qualquer situação em que não haja um soberano ou um conjunto de normas efetivas para estabelecer a ordem na sociedade.

Desta forma, Hobbes afirma que o homem está em constante estado de guerra contra outro que não seja si mesmo:

O estado de hostilidade e de guerra é tal que a própria natureza é destruída e os homens matam-se uns aos outros (sabemos disso também tanto pela experiência das nações selvagens que existem hoje, como pelas histórias de nossos ancestrais, os antigos habitantes da Alemanha e de outros países hoje civilizados, onde encontramos um povo reduzido e de vida breve, sem ornamentos e comodidades, coisas essas usualmente inventadas e proporcionadas pela paz e pela sociedade). Por

isso, quem deseja viver em tal estado, como o estado de liberdade e direito de todos a todas as coisas, contradiz a si mesmo. Pois por necessidade natural cada homem deseja o seu próprio bem, o que é contrário a esse estado, no qual supomos uma contenda entre homens iguais por natureza, capazes de destruir uns aos outros. (HOBBS, Thomas. *Os Elementos da Lei Natural e Política*. 2010, p. 70)

Sendo assim, Hobbes afirma que todos os homens são igualmente egoístas ao pensar somente em seu próprio benefício quando não há uma força que os coaja a agir de maneira correta, que vise o bem da comunidade. O fato de todos os seres humanos serem iguais no seu egoísmo faz com que a ação de um só seja limitada pela força do outro, cabendo, aqui, a máxima popularizada por Hobbes: “o homem é o lobo do homem”. A respeito do assunto, aduz Marilena Chauí:

A concepção de Hobbes (no século XVII), segundo a qual, em estado de natureza, os indivíduos vivem isolados e em luta permanente, vigorando a guerra de todos contra todos ou "o homem lobo do homem". Nesse estado, reina o medo e, principalmente, o grande medo: o da morte violenta. Para se protegerem uns dos outros, os humanos inventaram as armas e cercaram as terras que ocupavam. Essas duas atitudes são inúteis, pois sempre haverá alguém mais forte que vencerá o mais fraco e ocupará as terras cercadas. A vida não tem garantias; a posse não tem reconhecimento e, portanto, não existe; a única lei é a força do mais forte, que pode tudo quanto tenha força para conquistar e conservar. (CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 2000, p. 220)

Assim, para que os indivíduos não acabem por se destruírem mutuamente, numa sociedade onde não há limites, é necessária a atuação de um Estado que estabeleça segurança, uma instituição de poder comum, do qual provém normas benéficas ao povo.

Desta forma, critica-se a ideia anárquica de que as normas, reais estruturas de uma sociedade, poderiam ser descartadas. Não há possibilidade de vivência humana num espaço onde os seres humanos não respeitam o limite do outro, e nem pensam no bem comum. E, não acredita-se que, na ausência de normas, a paz prevaleça.

Sendo assim, toma-se como exemplo a progressão de acontecimentos na obra “Ensaio sobre a cegueira”, de José Saramago, na qual todos, de repente, ficam cegos, com a exceção de uma única mulher, esposa de um médico. Desta forma, pode-se enxergar o mundo através dos olhos desta, conseguindo-se ver que, num mundo aonde não há normas, ou seja, anárquico, não há possibilidade de sucesso ou progresso da sociedade.

Assim, exemplo disso é o relato na obra de os cegos, ao não serem limitados por normas, passaram a seguir seus instintos animais, dominando e subjugando quem desejassem, controlando a comida a troco de todos os bens restantes e serviços sexuais.

Desta forma, Saramago mostra, através desta obra intensiva e sofrida, as reações do ser humano às necessidades, à incapacidade, à impotência, ao desprezo e ao abandono. Leva o leitor também a refletir sobre a moral, costumes, ética e preconceito através dos olhos da personagem principal, a mulher do médico, que se depara ao longo da narrativa com situações inadmissíveis; mata para se preservar e aos demais, depara-se com a morte de maneiras bizarras, como cadáveres espalhados pelas ruas e incêndios; após a saída do hospício, ao entrar numa igreja, presencia um cenário em que todos os santos se encontram vendados.

Assim, a obra se encerra quando subitamente, exatamente pela ordem de contágio, o mundo cego dá lugar ao mundo imundo e bárbaro. Desta forma, conclui-se o que já foi dito anteriormente, que a anarquia normativa é um mito, não há possibilidade para a instauração da mesma na sociedade, pois não há sociedade sem a estipulação e a efetivação de normas que limitem as condutas dos indivíduos que compõe a comunidade.

## CONCLUSÕES

Desta forma, tendo em vista a posição de Thomas Hobbes a respeito da natureza humana, estando todos em constante guerra por sua própria natureza, normas estipuladas se fazem necessárias para a manutenção de uma sociedade benéfica para todos. Prova do afirmado é o caos que se instaura perante a ausência de normas, como demonstrado na obra literária “Ensaio sobre a Cegueira”.

Sendo assim, conclui-se que anarquia normativa é um mito, não havendo possibilidade para a instauração da mesma na sociedade, pois não há sociedade sem a estipulação e a efetivação de normas que limitem as condutas dos indivíduos que compõe a comunidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

HOBBS, Thomas. *Os Elementos da Lei Natural e Política*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2010.

PASSETI, Edson. *Heterotopias Anarquistas*. Disponível em:  
<file:///C:/Users/FERNANDA%20MONTEIRO/Downloads/4617-10800-1-SM.pdf>

SARAMAGO, José. Ensaio sobre a cegueira. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

